

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - SESu
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE
NÍVEL SUPERIOR - CAPES

Presidente da República Federativa do Brasil
João Baptista de Oliveira Figueiredo

Ministra da Educação e Cultura
Esther de Figueiredo Ferraz

II PNPG

**Plano
Nacional de
Pós-Graduação
1982 - 1985**

SUMÁRIO

Introdução 177

I - Premissas Básicas da Política Nacional de Pós-Graduação 178

II - Situação da Pós-Graduação 178

III - O papel da Pós-Graduação no contexto nacional 183

IV - Os objetivos básicos do Plano Nacional de Pós-Graduação 184

V - Prioridades e diretrizes 186

II PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

Aprovado pelo Decreto nº 87.814, de 16/11/82 e publicado no D.O.U. de 18/11/82, Seção I, pp. 21469-21471

Este Plano fixa objetivos, prioridades e diretrizes que consubstanciam a política do Ministério da Educação e Cultura para a área de pós-graduação. Tanto na estrutura quanto no conteúdo, o presente Plano se harmoniza com as orientações em andas do III Plano Nacional de Desenvolvimento - III PND -e com as indicações do III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –III PBDCT.

O objetivo central deste Plano consiste na formação de recursos humanos qualificados para atividades docentes, de pesquisa em todas as suas modalidades, e técnicas, para atendimento às demandas dos setores público e privado. Por recurso humano qualificado entende-se aquele dotado da capacidade de atuar na fronteira de uma especialidade, não só ao ponto de estar em condições de reproduzir o conhecimento que lhe é transmitido, o que apenas representa a capacidade efetiva de incorporá-lo, mas também de colaborar para o seu avanço, com contribuições significativas, o que representa o domínio real daquela especialidade.

Para a realização deste objetivo devem ser considerados alguns condicionamentos fundamentais tais como as especificidades inerentes às diversas áreas de conhecimento e os desníveis entre regiões e instituições, decorrentes de marcada heterogeneidade do contexto.

Neste sentido, as medidas a serem adotadas objetivam a superação dos efeitos negativos da heterogeneidade regional e institucional, levando em consideração que especialmente as regiões mais pobres necessitam de recursos humanos capazes de enfrentar com competência os problemas fundamentais que marcam a sua realidade sócio-econômica.

O presente Plano se constitui das seguintes partes: premissas básicas da Política Nacional da Pós-Graduação; análise dos principais problemas de pós-graduação; definição do papel da pós-graduação no contexto nacional; apresentação dos objetivos básicos; descrição das principais diretrizes e prioridades.

I - Premissas Básicas da Política Nacional de Pós-Graduação

A Política Nacional de Pós-Graduação fundamenta-se nas seguintes premissas:

- a existência de um número crescente de profissionais, pesquisadores e docentes altamente qualificados viabiliza um desenvolvimento científico, tecnológico e cultural próprio e representa garantia real para a afirmação dos valores genuinamente brasileiros;
- a consolidação da pós-graduação depende de um sistema universitário e de institutos de pesquisa, estável e dinâmico em todos os seus níveis e setores, e o seu desenvolvimento pressupõe a existência de condições materiais e institucionais indispensáveis para a plena realização de suas finalidades;
- a pós-graduação baseia-se na existência de docentes e pesquisadores efetivamente engajados na produção de novos conhecimentos científicos, tecnológicos ou culturais, em instituições que lhes garantam adequada dedicação horária, carga de ensino compatível com a pesquisa e as outras formas de produção intelectual. Além de condições de instalações e infra-estrutura necessárias;
- o desenvolvimento da pós-graduação depende igualmente da reformulação da estrutura e do funcionamento das instituições acadêmicas que carecem de uma maior dinamização e de uma desburocratização internas;
- a existência de fontes múltiplas de financiamento, cuja atuação contribua para o êxito da Política Nacional de Pós-Graduação, é considerada um fator indispensável na complementação dos recursos orçamentários das instituições, no processo de implantação, desenvolvimento e maturação de um moderno complexo de pesquisa e pós-graduação.

II - A situação da Pós-Graduação

Apesar de todos os esforços, ainda persistem alguns dos problemas estruturais que dificultam a institucionalização e consolidação da pós-graduação. A excessiva dependência de recursos extra-orçamentários, a sujeição a repentinos cortes de verbas, a instabilidade empregatícia e profissional dos docentes, técnicos e pessoal de apoio, continuam sendo problemas básicos da pós-graduação atual. Estas

dificuldades não impediram, no entanto, que o País alcançasse um grau de institucionalização da pesquisa e da pós-graduação que permite prever um volume e uma qualidade de produção consideráveis e crescentes. É dos centros de pós-graduação que procede hoje a maior parte do conhecimento produzido no País e uma contribuição significativa em algumas áreas de tecnologia avançada, equiparáveis ao que é produzido nas melhores universidades e centros de pesquisa estrangeiros.

A pós-graduação ainda não possui, contudo, mecanismos institucionais suficientes para assegurar o seu pleno desenvolvimento, embora a existência das pró-reitorias e de órgãos colegiados para a pós-graduação possa representar um passo importante nesta direção.

A atribuição de um sentido absoluto e rígido ao binômio “ensino-pesquisa”, considerado em quaisquer circunstâncias, tem gerado distorções que uma concepção mais apropriada deverá corrigir. Embora para a esfera acadêmica a estreita vinculação entre ensino e pesquisa continue uma diretriz fundamental, ela não se aplica universalmente a todos os âmbitos e modalidades científico-culturais.

A pós-graduação e a pesquisa têm se mostrado elementos indispensáveis no estímulo à qualificação docente. É essencial que o docente, pela prática, esteja familiarizado teórica e metodologicamente com a atividade de pesquisa na área de sua especialidade e que o pesquisador encontre um ambiente favorável para a transmissão do conhecimento e da experiência acumulados por ele. Para ambos os processos, a pós-graduação constitui o contexto privilegiado.

Certas áreas do conhecimento, no entanto, pouco afinidade têm com a pós-graduação “stricto sensu”, tal como hoje é concebida no Brasil. Ainda não foram consistentemente exploradas outras alternativas, seja identificando as áreas onde as exigências deste tipo de pós-graduação se mostram inadequadas, seja buscando modalidades de mestrado e doutorado com características diferentes. Por outro lado, pouca importância é dada a formas de qualificação como o aperfeiçoamento e a especialização, cujo valor formal para a carreira do magistério vem sendo minimizado.

A pesquisa original não é o único mecanismo de capacitação e aperfeiçoamento no magistério. Uma atualização permanente por meio do acompanhamento das publicações especializadas mais recentes e da participação em congressos, seminários, encontros e intercâmbios, junto com o exercício corrente de outras atividades de produção intelectual, como a elaboração de textos didáticos, a publicação de

artigos, resenhas ou comentários, são igualmente necessários para a constituição de um corpo docente atualizado e competente.

Na própria esfera acadêmica, a existência de uma atividade criativa, que se traduza em real contribuição para o avanço do conhecimento, constitui a exceção e não a regra. A insistência indiscriminada e formal na necessidade de pesquisa engendra, em muitos casos, uma pesquisa de qualidade duvidosa e destinada unicamente ao preenchimento de preceitos burocráticos. Simultaneamente, constata-se por vezes um desperdício de tempo e esforço na utilização de pessoal altamente qualificado, em atividades de ensino e administrativas, que nem sempre se amoldam às características do pesquisador ou cuja carga horária inviabiliza a realização de pesquisa. Em outros casos, prevalece uma situação de certo isolamento do pesquisador, que permanece sem maiores estímulos para uma produção intelectual contínua.

Por parte dos órgãos de financiamento, o apoio às atividades de pesquisa acadêmica foi freqüentemente condicionado à abertura de mestrados ou doutorados- Do mesmo modo, a abertura de um e outro por parte das instituições universitárias serviu de pretexto para postular o acesso às fontes de financiamento para a pesquisa- Estes mecanismos resultaram num processo de expansão quantitativa do sistema que, em muitos casos, levou a um distanciamento dos padrões de qualidade considerados ideais.

Em função da importância que seus recursos passaram a ter para a manutenção e operação corrente do sistema, as agências de financiamento se transformaram circunstancialmente em fonte de instabilidade, tanto em termos efetivos quanto de expectativas. Enquanto instrumentos de política e dadas as funções específicas para as quais foram criadas, estas agências atuam dentro de uma filosofia de fomentar e suplementar seletivamente, segundo critérios e prioridades próprias. Além disso, estão sujeitas a ocasionais reformulações de prioridades e reorientações políticas cujas conseqüências nem sempre se harmonizam com as necessidades de estabilidade e previsibilidade de que o sistema de pós-graduação carece para a sua consolidação e seu amadurecimento. O fato de operarem com prazos raramente superiores a dois anos, aliado à ausência de uma contrapartida em termos de um fluxo apreciável e constante de recursos orçamentários diretos, a sustentar as atividades de pesquisa no âmbito da pós-graduação, contribui para aumentar este fator de instabilidade.

Existe ainda a questão da incerteza no suprimento dos recursos. O laborioso e lento processo de formar e consolidar um grupo de pesquisas contrasta com a rapidez com que este se desintegra, diante

dos desgastes causados pela irregularidade dos financiamentos, muitas vezes gerados pela lentidão no julgamento dos pedidos e na liberação dos recursos.

No que diz respeito às dificuldades próprias da pós-graduação, assinala-se a inexistência de um número satisfatório de professores em condições de se desincumbirem de todos os programas existentes, garantindo ou elevando-lhes a qualidade científica e didática. Diante deste problema vêem-se muitos programas na contingência de dividir entre si as poucas lideranças de que a maioria das áreas dispõe, gerando uma diluição de massa crítica. Ainda assim, a estes últimos sobra pouco tempo para a pesquisa e a orientação dos trabalhos científicos, ao se transformarem rapidamente em administradores responsáveis pela obtenção de recursos ou outras formas de apoio. Ao nível da operação cotidiana dos cursos, a conseqüência que mais se faz sentir está na questão da orientação de teses. Os poucos orientadores adequadamente capacitados se vêem na obrigação de acumular um número de orientações acima de sua disponibilidade de tempo, o que resulta, em muitos casos, em orientações simbólicas, de cunho formal, e em trabalhos de caráter repetitivo e meramente sistemático. Como resultado, constata-se freqüentemente uma erosão no valor do diploma conferido, que deixa de garantir o potencial de crescimento acadêmico de seu portador, principalmente quando prevalece uma situação de isolamento, sem maiores estímulos para uma produção intelectual contínua.

Além disso, existem problemas como a abertura de cursos em áreas saturadas, por especialidade ou região; a tendência à proliferação de cursos em especialidades que requerem pequeno volume de investimentos; uma expansão que excede a disponibilidade de recursos humanos e financeiros e prejudica, pela dispersão, a consolidação dos centros de qualidade. São expressões de uma situação que compromete o desempenho do sistema e carece de rápida correção.

Não se pode esperar uma tendência natural para uma produção de alta qualidade na pós-graduação. Qualidade se produz onde são criadas as condições para que ela se realize e onde ela é exigida. Esta exigência de qualidade parte, no caso, de três instâncias: o mercado, a própria comunidade científica, e as instituições governamentais com poder político-normativo ou detentoras de recursos de financiamento. O processo de avaliação pelos agentes do mercado, a estruturação de mecanismos de resposta e a adaptação do sistema a estes estímulos constitui um circuito longo, de operação lenta e complexa. Modificações nos requisitos do mercado de trabalho, principalmente o extra-acadêmico, não se refletem de imediato sobre o sistema, limitando-se

os agentes econômicos a selecionar os melhores profissionais e a criar seus próprios mecanismos de aperfeiçoamento e complementação.

O julgamento crítico da qualidade dos cursos de pós-graduação, em termos de produção intelectual e formação de recursos humanos, por parte dos profissionais qualificados de cada especialidade, ainda é prática pouco institucionalizada na comunidade acadêmica, embora seja utilizada crescentemente pelos órgãos governamentais que atuam na área, sob forma de comitês assessores, consultores científicos e reuniões de avaliação. Seu êxito depende: da existência de uma massa crítica mínima em cada especialidade; do fortalecimento da identidade profissional expressa, na maioria das áreas, pela presença de associações científicas atuantes e pela publicação regular de periódicos especializados, dirigidos por corpos editoriais de reconhecido prestígio; do acesso da comunidade científica aos mecanismos de decisão, responsáveis pela estrutura e o funcionamento dos centros de pesquisa e de pós-graduação.

Esta situação reforça a responsabilidade das instituições governamentais no duplo papel de criar e manter condições essenciais para uma produção de boa qualidade e o de cobrar sua efetiva realização. Essas agências, ao distribuir seletivamente seus fundos, exercem um papel depurador em termos de qualidade. O direcionamento resultante é crítico, na medida em que costuma se situar entre uma orientação sugestiva e um dirigismo acentuado, este último reconhecidamente elemento de distorção e esterilização da criatividade na esfera da produção intelectual, principalmente das artes e ciências básicas.

O desajuste aos requisitos do mercado não é responsabilidade exclusiva do sistema de pós-graduação. O setor produtivo, tanto estatal quanto privado, principalmente por sua dependência de capitais e tecnologia estrangeiros, não absorve a capacidade profissional de alto nível ou os resultados de pesquisa que o sistema produz. Contribuem para este desentrosamento, a desinformação, ou ainda o fato do empresariado dispor de soluções mais atrativas do ponto de vista econômico, já prontas e de fácil aquisição no mercado internacional. Do mesmo modo, a falta de uma pol(tica de investimentos numa área pode determinar ociosidade e inadequação aparente onde existe uma capacitação científica e tecnológica nacional não aproveitada.

Por sua vez a rapidez e imprevisibilidade de eventuais reorientações de política e de alterações conjunturais na economia, ou até mesmo estruturais, não se coadunam com a continuidade e estabilidade que a formação e capacitação de alto nível requer. Em função destes eventuais deslocamentos de prioridades ou diretrizes, é

preciso manter uma massa crítica na maioria das especialidades científicas e nas áreas tecnológicas estratégicas, para que seja possível, a qualquer momento, responder com agilidade e competência aos novos problemas colocados.

III - O papel da Pós-Graduação no contexto nacional

O atual estágio e a continuação do processo de desenvolvimento, os problemas que o País terá de enfrentar a curto prazo e a implementação das diretrizes contidas no III PND e no III PBDCT tornam cada vez mais imprescindível a participação ativa de um número crescente de profissionais, pesquisadores e docentes altamente qualificados, em todos os setores da vida nacional. Cabe à pós-graduação, portanto, o papel central na sua formação e no seu aperfeiçoamento, em número suficiente e com qualificações adequadas às necessidades do País.

A excelência constitui vocação específica do sistema de pós-graduação. É importante que parcela significativa do sistema destine os seus esforços à produção de conhecimentos e de recursos humanos do mais alto nível, fundamentalmente nas ciências básicas, e nas especialidades de importância estratégica, econômica ou política. Na esfera da aplicação, seja ela tecnológica ou cultural deve ser também considerado o fator de adequação às necessidades concretas da estrutura econômica e social.

A alteração das condições de absorção dos egressos da pós-graduação pelo mercado de trabalho constitui no entanto processo lento e complexo, cujas variáveis, na maioria, escapam ao controle das instituições com atuação direta nesta esfera. Por isso, o País deverá criar sua força de trabalho, não só para municiar o mercado emergente como também estimular a sua abertura, no sentido de uma crescente autonomia na área científica e tecnológica. É necessário, pois, assegurar a absorção de um número crescente de mestres e doutores e dar-lhes condições para o efetivo exercício de sua capacidade produtiva e criativa.

A maioria das instituições de ensino superior privadas não têm a tradição nem as condições fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, ou sequer para empregar profissionais em regime de tempo integral. Para os pós-graduandos, este mercado é no momento altamente insatisfatório. Mesmo certas universidades públicas menores e alguns estabelecimentos isolados oferecem condições de trabalho precárias e uma sobrecarga de ensino que dificultam ou impedem qualquer

atividade de pesquisa ou outras modalidades de produção intelectual.

No decorrer do tempo, o sistema universitário brasileiro se diferenciou, configurando dois paradigmas distintos: universidades ou escolas isoladas que se dedicam basicamente à formação de profissionais para o processo produtivo de bens e serviços; e universidades, geralmente públicas, que, além disso, possuem uma vocação específica para a pesquisa básica, a formação de pesquisadores destinados a ela e à integração das diferentes esferas de conhecimento num esforço intelectual abrangente.

Resultado da prática histórica de institucionalização do sistema universitário brasileiro, a distinção entre os dois paradigmas não tem caráter normativo, nem possui conotação negativa. Registra a consolidação de alternativas de igual relevância para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País, cujas necessidades peculiares requerem mecanismos de apoio apropriados e distintos.

Especificamente, as funções da pós-graduação se dividem entre a formação de docentes pesquisadores para a esfera acadêmica; a capacitação e o treinamento de pesquisadores e profissionais destinados a aumentar o potencial interno de geração, difusão e utilização de conhecimentos científicos no processo produtivo de bens e serviços e a formação de recursos humanos para o desenvolvimento cultural do País. Dadas suas peculiaridades, estas funções requerem um tratamento político, institucional e financeiro diferenciado.

A natureza do conhecimento científico e tecnológico a ser produzido e reproduzido; os diferentes tipos de qualificação profissional que o estágio de desenvolvimento sócio-econômico do País requer e o perfil da demanda em termos de mercado de trabalho devem orientar a estruturação das alternativas de treinamento e capacitação neste nível.

IV - Os objetivos básicos do Plano Nacional de Pós-Graduação

Os objetivos básicos deste Plano se orientam fundamentalmente para a solução dos problemas considerados centrais e que condicionam o desempenho e o aperfeiçoamento do sistema de pós-graduação.

O primeiro destes problemas é a questão da qualidade, manifestada seja nos profissionais formados, seja nas pesquisas realizadas. Todos os esforços de consolidação e de desenvolvimento implícitos neste Plano têm como meta o aumento qualitativo do desempenho do

sistema como um todo, criando estímulos e condições favoráveis, bem como acionando mecanismos de acompanhamento e avaliação.

Em passado recente, quase todos os programas que revelaram iniciativa ou potencial de produtividade e desenvolvimento obtiveram recursos, embora nem todos os investimentos tenham apresentado os resultados esperados, enquanto um ou outro grupo promissor ficou sem o devido apoio. Cabe, doravante, apoiar prioritariamente a consolidação do bom e do promissor. Do mesmo modo, será mantido o apoio a novas especialidades e a centros que, anteriormente deficientes, logrem alcançar a elevação dos padrões de qualidade de sua produção. Serão reforçados ainda os incentivos, independentemente de instituição ou especialidade, a indivíduos ou pequenos núcleos desde que apresentem potencial de criatividade e de boa qualidade.

Para isso, é essencial que sejam assegurados os recursos indispensáveis para oferecer ao sistema condições adequadas de produção científica e didática. Ademais, um acompanhamento mais eficaz permitirá que se reduza a destinação indevida de recursos da pós-graduação a outras finalidades que não as suas específicas. As universidades e os centros de pós-graduação deverão buscar um melhor desempenho administrativo e, com sua modernização gerencial, evitar eventuais perdas de recursos.

A ênfase na qualidade dependerá, na sua operacionalização, do aumento gradativo da eficiência e confiabilidade dos sistemas de informação e avaliação quanto ao desempenho dos programas de pós-graduação; do estabelecimento de critérios e de mecanismos de avaliação conhecidos e aceitos como legítimos pela comunidade; e do comprometimento com os resultados, na hora da utilização dos instrumentos de ação de que dispõem as agências de fomento. Para a consolidação e a melhoria dos sistemas de informação e avaliação, é fundamental a participação direta e ativa da comunidade acadêmica e científica em geral e das universidades e centros de pós-graduação em particular.

Outro problema a receber especial atenção é o da adequação do sistema às necessidades reais e futuras do País, seja para a produção científica e acadêmica, seja para o aumento de sua capacidade tecnológica e produtiva. Trata-se de compatibilizar pós-graduação e pesquisa com as prioridades nacionais e com a natureza das matérias de formação básica que a precedem na universidade.

Esta compatibilização não pode deixar de considerar os interesses, da comunidade acadêmico-científica e a multiplicidade de

funções da pós-graduação, que transcendem em muito a demanda imediata de mão-de-obra altamente qualificada.

Tanto no dimensionamento quanto nas opções oferecidas, o sistema se defronta com certas inadequações. Assim, é objetivo deste Plano incentivar o sistema a melhor se dimensionar tendo em vista as especificidades de cada área de conhecimento, os tipos de qualificação requeridos e as necessidades regionais. No que diz respeito às diferentes especialidades acadêmicas, isto significa uma ênfase no seu aprimoramento qualitativo. Será implementada, simultaneamente, a abertura gradativa do leque de opções de cursos de pós-graduação, com alternativas cujo perfil se ajuste mais às qualificações exigidas pelas diferentes práticas profissionais, incluídas as docentes.

A terceira problemática sobre a qual este Plano fará convergir os seus esforços é a da coordenação entre as diferentes instâncias governamentais que atuam na área da pós-graduação.

Cabe ao MEC zelar pela manutenção de um sistema de pós-graduação dinâmico e articulado. O conjunto de estímulos e intervenções por parte de outras instituições públicas e privadas, junto com uma melhor coordenação entre as agências, conduzirá a uma estrutura mais sólida e coerente. A elaboração e implementação de novos mecanismos institucionais de entrosamento, assim como a ampliação e dinamização dos atuais, constitui um dos objetivos centrais deste Plano. Para tal é indispensável o envolvimento da comunidade acadêmico - científica e dos representantes das organizações de pós-graduação na fixação de prioridades e diretrizes e na operação do próprio sistema.

V - Prioridades e diretrizes

No plano específico das diferentes áreas de conhecimento científico, e dentro de uma política de apoio global, compete aos órgãos governamentais atribuir um peso relativo às especialidades e modalidades de pesquisa, de acordo com: 1) o seu posicionamento no processo de avanço do conhecimento científico e tecnológico; 2) a importância estratégica que determinadas especialidades tem em função do atual estágio de desenvolvimento do País; 3) a visão da própria comunidade científica. Para a fixação destes três itens, deverão ser utilizados diagnósticos de área, elaborados por cientistas e pesquisadores em reuniões setoriais de avaliação.

No que diz respeito à questão da qualidade, é prioritário o

aperfeiçoamento dos sistemas de avaliação da pós-graduação. A mensuração de qualidade é complexa e não conta com nenhum processo isento de controvérsia. Torna-se assim, indispensável contar com a participação ativa da comunidade e de todos os componentes do sistema. Instrumento relevante neste processo será a ampla utilização de consultores científicos para cada especialidade cujos pareceres, bem como os critérios utilizados, serão sistematicamente levados ao conhecimento dos programas avaliados.

Em conseqüência, deverão ser revistos os mecanismos que determinam o apoio e o financiamento às diversas instituições. Tais mecanismos deverão ser tornados mais flexíveis, permitindo a fixação de várias categorias, favorecendo tanto o promissor, porém incipiente, quanto os centros de tradição e excelência comprovada ou, ainda, os que momentaneamente se encontram numa fase de dificuldades superáveis.

Para a avaliação de projetos, o mais importante será a exigência de qualidade. Esta incidirá tanto sobre a instituição a receber apoio quanto sobre o mérito do pedido e os resultados finais esperados. Deverá contemplar também os fatores que condicionam a obtenção de qualidade: o ambiente de trabalho, as condições de apoio e de infraestrutura, a proporção entre pesquisadores, estagiários e pessoal técnico.

Cabe à própria universidade ou instituição acadêmica zelar pela qualidade de seus cursos de pós-graduação, fortalecendo o que é bom e promissor, desestimulando os que não têm maiores possibilidades de recuperação. Os instrumentos de que dispõem as agências governamentais terão caráter suplementar, no sentido de reforçar o empenho da própria instituição no apoio às iniciativas bem sucedidas e na gradativa desativação do que, de comum acordo, for considerado como não correspondendo às exigências mínimas de qualidade e desempenho. Para tal é preciso que as universidades e instituições de pós-graduação procedam periodicamente a uma avaliação crítica do seu desempenho e de sua própria produtividade.

A ampliação das opções de formação pós-graduada constitui uma das preocupações básicas deste Plano. Mais do que os desajustes quantitativos ao perfil da demanda, constata-se uma inadequação substantiva, quanto ao tipo de opção e quanto ao conteúdo da qualificação que o sistema produz em certas áreas do saber e da técnica. A estruturação destas alternativas deverá considerar a existência dos dois paradigmas predominantes na estrutura universitária brasileira: o da universidade voltada para a formação dos diferentes tipos de

profissionais que irão atender às exigências cada vez mais complexas e sofisticadas do processo de produção de bens e serviços; e o da universidade que a isto junta uma vocação dirigida para a pesquisa básica e a capacitação de pesquisadores.

Alguns tipos de cursos de pós-graduação “lato sensu”, nas diferentes áreas, serão incentivados a um revigoramento e uma reestruturação qualitativa, para que possam passar a figurar como alternativas para os alunos e para os demandantes de mão-de-obra altamente especializada e sejam, assim, compatíveis com as outras opções do sistema.

Em algumas áreas do conhecimento, a especialização de profissionais constitui-se não só em requisito para a docência como também para sua adaptação às múltiplas exigências de um mercado de trabalho em evolução. Cursos e estágios de especialização devem, assim, existir em número compatível com estas necessidades.

Outros cursos, também definidos como pós-graduação “lato sensu”, atendem melhor às necessidades dos que trabalham no contexto acadêmico, possibilitando a incorporação sistemática de novos enfoques e das contribuições mais recentes, conduzindo assim à constituição de um corpo docente permanentemente atualizado e, conseqüentemente, à elevação do ensino em nível de graduação. O reforço qualitativo deste tipo de curso contribuirá para o objetivo de capacitar e aperfeiçoar os docentes da graduação, não só antes como também após a obtenção do grau de mestre ou doutor.

Os cursos de pós-graduação “stricto sensu” deverão buscar seu fortalecimento qualitativo, enfatizando o objetivo de formar pesquisadores. Isto não impede que os centros de pesquisa, sem mestrado ou doutorado, desempenhem um papel relevante na formação de pesquisadores, para o que deverão estar integrados ao ambiente acadêmico.

Às agências governamentais caberá utilizar os sistemas de informação e avaliação como principais instrumentos de apoio técnico para a realização deste Plano. A institucionalização de mecanismos de consulta e participação da comunidade é considerada prioritária por ser essencial para o êxito do esforço de coordenação na área.

Finalmente, em termos operacionais, todos os esforços de coordenação e integração do sistema objetivarão prioritariamente conferir a este uma maior estabilidade política e financeira, assim como diminuir as disparidades regionais, institucionais e setoriais que hoje marcam sua realidade.